# Os impactos da Covid-19 na educação e os desafios no retorno às aulas.

Andressa Tuany Rosa Reis<sup>1</sup>, Ian Fernandes Miranda<sup>2</sup>, Márcio Ribas de Aguilar<sup>3</sup>, Marcus Vinícius Mendonça Maia<sup>4</sup>

<sup>1</sup>UFMG/Escola de ciência da informação, andressatuany@ufmg.br

<sup>2</sup>UFMG/Escola de Engenharia, ianfm@ufmg.br

<sup>3</sup>UFMG/Escola de Engenharia, ribasaguilar@gmail.com

<sup>4</sup>UFMG/Faculdade de Ciências Econômicas, marcusymmaia@hotmail.com

**Resumo:** O sistema educacional brasileiro tem sido amplamente afetado pela pandemia. Neste cenário, percebeu-se o aprofundamento da distância entre a educação pública e privada, além do desalento e o alto índice de evasão escolar observado neste período. Desta forma, serão destacados os desafios e as propostas para adequação do ensino à nova realidade no Brasil, tendo em vista os empecilhos tecnológicos e estruturais do país.

Palavras-chave: Covid-19, distanciamento social, educação na pandemia.

#### A Introdução

Assim como em diversos países, o Brasil precisou promover medidas de distanciamento social, para garantir a menor circulação do vírus da Covid-19 e, desta forma, procurar conter o avanço da doença no país. No mundo, de acordo com a Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), no primeiro semestre de 2020, 186 países ou regiões fecharam escolas, total ou parcialmente, para conter a disseminação da Covid-19, e essa medida impactou cerca de 70% dos alunos.

O fechamento das escolas trouxe muitas incertezas, afetou o cronograma e o calendário escolar, trouxe desalento para os estudantes e os impactos sobre o aprendizado ainda é incerto. Como várias estratégias foram adotadas por escolas e famílias, as consequências e combinações destas estratégias se dão de forma diferente em cada aluno, pois dado o ineditismo da situação, não havia um modelo de ensino remoto ou híbrido amplamente testado para um evento desta natureza.



O Brasil, tradicionalmente, é um país marcado por um grande abismo entre os estudantes de diferentes classes sociais. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2020, no período anterior a pandemia, o Brasil registrava uma evasão escolar em torno de 1,3 milhão de crianças e adolescentes, com a pandemia, os dados mostram que a evasão teve um acréscimo de 4 milhões de estudantes, ou seja, mais de 5 milhões de crianças e adolescentes desvinculados da escola, que não estão participando de maneira regular de suas atividades.

#### Metodologia

A construção deste presente artigo se deu com base na leitura e estudo de outros artigos e publicações sobre o tema, bem como na análise dos autores sobre o assunto. Desta forma, será explorado o cenário educacional do Brasil no período da pandemia, bem como as implicações do fechamento das escolas na vida dos estudantes brasileiros. Além disso, também serão apresentadas propostas para a retomada das aulas com o menor impacto para os alunos, e as perspectivas para o futuro com a introdução do ensino híbrido nas escolas. Como forma de pesquisa serão utilizados artigos e estudos acadêmicos sobre o tema que, embora recente, tem obtido ampla atenção dada sua imensa importância social.

### O problema do acesso digital e o ensino a distância

Quando o fechamento das escolas foi anunciado em março de 2020, o tempo para programação de como seriam ministradas as aulas e, por conseguinte, como seriam resolvidos os desafios da conectividade e acesso aos conteúdos online foi curto. Partiu-se de uma medida emergencial, que não resolveu a questão da conectividade e acesso digital dos estudantes.

Macedo (2021), desenvolve um estudo do processo e desafios enfrentados por uma escola pública em São Paulo, na mudança para o ensino híbrido. Nesse estudo a autora parte do princípio da desigualdade do acesso digital da população, citando a pesquisa TIC Domicílios de 2019 que aponta que:



[...] 20 milhões de domicílios brasileiros não possuem internet [...] enquanto nas classes econômicas A e B a presença da internet beirava os 100% em 2019, nas classes D e E, o acesso caía para 50%. Em relação à posse de equipamentos, as desigualdades também eram grandes: enquanto nas classes A e B a posse de computador era um item frequente (95% e 85% respectivamente), nas classes D e E, a presença do computador caia para 14% [...]. (MACEDO, 2021. p. 265-266)

Pelos dados apresentados no estudo, fica claro que a desigualdade social do Brasil se mostra também no aspecto digital. O abismo existente na educação de uma parcela da população, muito provavelmente será agravado pela impossibilidade de acesso ao ensino à distância. No entanto, embora foque na questão da acessibilidade, a autora conclui que:

[...] é preciso reconhecer que garantir a conectividade para viabilizar o ensino online é apenas um paliativo em período de crise, já que o processo de aprendizagem não é só transmissão de conteúdo, mas envolve diversas outras dimensões, entre as quais a sociabilidade presencial entre crianças e adolescentes é fundamental. O acesso online aos conteúdos educacionais, apesar de indispensáveis, não basta para garantir uma educação de qualidade. (MACEDO, 2021, p. 276)

Desta forma, a questão da acessibilidade e conectividade é um fator de suma importância na garantia do direito à educação e a qualidade do ensino em tempos de pandemia, mas não é o único fator a ser observado.

# Abordagens no retorno às atividades escolares

Existe uma ampla discussão a respeito da melhor abordagem educacional no retorno dos alunos nas atividades presenciais. Este debate decorre das inúmeras incertezas criadas sobre o aprendizado dos alunos, e da dimensão das perdas e os efeitos em determinados grupos escolares e até mesmo por regiões. A princípio, a medida que certamente seria a mais simples e teria a adesão de um grande número de pessoas, seria o aumento da carga horária no retorno às atividades e um acompanhamento mais intenso no sistema de ensino para verificação do aprendizado dos alunos.



Porém, no Brasil, verifica-se a multiplicidade de realidades escolares, e grau de conhecimento dos alunos, além disso, estudos corroboram para a tese de que apenas o aumento da carga horária não é um elemento que garanta a melhora do aprendizado. Long (2013), Lopez-Agudo e Marcenaro-Gutierrez (2020), e Wu (2020) demonstraram por suas pesquisas uma pequena correlação positiva entre o aumento do tempo de duração de atividades escolares e o aumento do desempenho escolar, além disso, dados do Pisa sugerem que o aumento de desempenho dos alunos submetidos a um aumento de carga horária de atividade escolar tende a ser maior em países desenvolvidos devido a um melhor uso do tempo.

Procurando trazer a análise para a macrorregião da América Latina, Oliveira, Gomes e Barcellos (2020), fazem um extenso levantamento e citam uma série de pesquisas no campo, como dois estudos no Chile (BELLEI, 2009) e no México (CABRERA-HERNÁNDEZ, 2020). Nesses países foram verificados resultados positivos de pequena magnitude (menor que 0,1 desvio-padrão) nos efeitos da ampliação da jornada diária. Também existem diversos outros estudos não publicados na mesma linha, com resultados positivos e modestos, como os de: Barrios Fernandez e Bovini (2019), Agüero (2016) e Padilla-Romo (2017).

No Brasil, o autor levanta também alguns estudos ainda não publicados, mas que podem nos orientar sobre possibilidades, como a reformulação do Ensino Médio em Pernambuco (ROSA et al., 2020), além de um programa piloto na rede de ensino fundamental no município do Rio de Janeiro, que implantou o turno único com sete horas diárias (CRUZ; LOUREIRO; SA, 2017). Esses estudos demonstram a importância da adoção de novas práticas escolares em conjunto com o aumento da carga horária. Em São Paulo, segundo Aquino e Kassouf (2011), foi implantado um programa escolar de tempo integral na rede estadual, aparentemente, este aumento da carga horária dos alunos não surtiu efeitos consideráveis no desempenho escolar. O aumento da carga horária nas escolas implica um aumento substancial nos custos da educação, e dadas as evidências nessa prática, os benefícios não se tornam viáveis financeiramente, pois a maioria dos estudos apontam um efeito positivo



pequeno ou quase nulo. Além disso, apenas esta prática isolada não garante um desempenho satisfatório dos resultados escolares.

## Considerações finais

Dentre os desafios na retomada do ensino no Brasil, percebe-se um grande número de evidências e com um robusto levantamento realizado no campo científico que podem contribuir e orientar as práticas de intervenção no contexto pós-pandemia.

Certamente serão verificadas perdas devido a interrupção das aulas. Essas perdas poderão ser mais acentuadas em determinados níveis de Ensino e disciplinas, especialmente Matemática e Português, que já são disciplinas que possuem indicadores alarmantes no sistema educacional brasileiro. Essas perdas, no entanto, poderão ser recuperadas tendo em vista a possibilidade de adoção de medidas corretas, além disso, as diferenças devido aos diversos contextos escolares e às diversas classes sociais que já são um problema crônico no Brasil, podem ser suplantadas com a adoção de medidas adequadas.

No retorno às atividades presenciais, as soluções consideradas mais óbvias como o ensino híbrido, o uso de tecnologias e o aumento da carga horária, não serão, necessariamente, a solução para os problemas, e certamente não constituirão as melhores e mais completas possibilidades para suplantar as consequências da interrupção das atividades escolares.

No contexto educacional do Brasil, que já apresenta deficiências históricas, será necessário a adoção de medidas complementares que devem partir de uma análise profunda e diagnóstico dos alunos, sendo então, a base para a retomada dos programas de ensino. Somente a partir deste diagnóstico, será possível adotar medidas de intervenções robustas e completas que incluam a utilização de métodos adequados de alfabetização, o uso estratégico das atividades extraclasse e de programas de leitura. Além do aproveitamento mais eficiente do tempo, que poderá influenciar na redução do absenteísmo e da evasão escolar.

#### Referências



AGÜERO, J. M. Evaluación del impacto de la jornada escolar completa. Conecticut: Universidad de Connecticut, 2016.

AQUINO, J. M.; KASSOUF, A. L. A ampliação da jornada escolar melhora o desempenho acadêmico dos estudantes? Uma avaliação do programa Escola de Tempo Integral da rede pública do Estado de São Paulo. 2011. Disponível em: <a href="http://reap.org.br/wp-content/uploads/2011/11/013-A-Amplia%C3%A7%C3%A3o-daJornada-Escolar-melhora-o-Desempenho.pdf">http://reap.org.br/wp-content/uploads/2011/11/013-A-Amplia%C3%A7%C3%A3o-daJornada-Escolar-melhora-o-Desempenho.pdf</a>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BELLEI, C. Does lengthening the school day increase students' academic achievement? Results from a natural experiment in Chile. **Economics of Education Review**, Cambridge, v. 28, n. 5, p. 629-640, Oct. 2009. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775709000405?via%3Di hub. Acesso em: 19 dez. 2021

CABRERA-HERNÁNDEZ, F. Does lengthening the school day increase school value added? Evidence from a mid-income country. **The Journal of Development Studies**, v. 56, n. 2, p. 314-335, 2020. Disponível em:

https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00220388.2018.1563680.

Acesso em: 19 dez. 2021.

CRUZ, T.; LOUREIRO, A.; SA, E. **Full-time teachers, students, and curriculum**: the single shift model in Rio de Janeiro. Washington, DC: World Bank Group, 2017. (Policy Research Working Paper, n. 8086).

LOPEZ-AGUDO, L. A.; MARCENARO-GUTIERREZ, O. D. Instruction time and students academic achievement: a cross-country comparison. Compare, Oxford, Mar.2020.

Disponível

em:

https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03057925.2020.1737919?journalCode=ccom20. Acesso em: 19 dez. 2021.

MACEDO, R. M.. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 31 maio de 2021. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/?lang=pt. Acesso em: 2 dez. 2021.

OLIVEIRA, J. B. A. e; GOMES, M.; BARCELLOS, T.. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]**, v. 28, n. 108, p. 555-578, jun./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KphYGvLvmGSXhBTL5F6zfwm/?format=pdf. Acesso em: 2 dez. 2021.

PADILLA-ROMO, M. The short and long run effects of full-time schools on academic performance. College Station: A&M University, 2017.

ROSA, L. et al. The effects of public high school subsidies on student test scores: the case of a full-day high school program in Pernambuco, Brazil. 2020.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1X\_gOy1Zq40VHR--MLusey1YIIshF7fwU/view. Acesso em: 19 dez. 2021.

WU, D. Disentangling the effects of the school year from the school day: evidence from the TIMSS Assessments. **Education Finance and Policy**, Cambridge, v. 15, n.1, p. 104-135, 2020. Acesso em: 19 dez. 2021.

